

Globalização, Humanismo e Política

Carlos Pimenta
Prof. Catedrático da Universidade do Porto, Portugal

Nota Introdutória

1. O tema desta comunicação exige-nos uma concentração da atenção no político, nas correlações de força sociais, expressão institucional e formas de manifestação do poder de uns sobre os outros.

1.1. Esta estrutura de preocupações faz com que nos dispensemos de fazer uma apresentação detalhada do que é a globalização. No entanto não dispensa que sinteticamente façamos uma referência ao seu conteúdo, para que não estejamos a falar de assuntos e problemáticas diferentes sob a capa de uma identidade terminológica. Se assim não procedêssemos correríamos o risco de produzir equívocos. “As palavras lutam contra as palavras e a realidade a que se referem fica fora do campo de visão” (MENESES, 2001, 123). É o que acontece com muitas palavras que migram entre conhecimento corrente e científico, mantendo em cada um deles, durante um período de tempo, significados diferentes. É o caso da “globalização”. É o que acontece por força de razão quando comportam ideologias e sentimentos que reduzem a complexidade das situações a um conjunto de símbolos, de mitos, que se transformam em evidências, em mantos diáfanos da fantasia. É, mais uma vez, o caso da “globalização”.

Começaremos, pois, por apresentar uma sua caracterização sintética, remetendo a sua compreensão mais pormenorizada para outros trabalhos já produzidos.

1.2. Dessa caracterização resulta de imediato a constatação que a “globalização” não é a negação do Estado, em muitos aspectos, antes pelo contrário. Num debate dos anos sessenta em torno da reorganização do sistema monetário internacional, um dos autores, que não conseguimos com precisão identificar, afirmava que o “livre funcionamento dos mercados cambiais” significaria a sistemática reunião de emergência de Ministros e Directores de Bancos Centrais. Com as devidas adaptações podemos transpor esta postura para a presente realidade de “livre funcionamento dos mercados”.

Algumas palavras sobre a afirmação do poder político, manifestando-se em múltiplas plataformas espaciais, numa simbiose de formas de expressão tradicionais e novas, constitui o nosso segundo ponto de análise.

1.3. Concluindo-se a impossibilidade de “a mão invisível” existir sem uma sobredeterminação política, fica por determinar o conteúdo da intervenção política. Fazer a “observação das tendências” pode ser interessante, e não deixaremos de lançar alguns fugazes olhares para esse aspecto, mas num período de decidida autoliquidação do Estado Nacional, de endeusamento da empresa e do capital e de glorificação dum mítico mercado, mais do que aquela observação é necessário relembrar valores, esboçar lógicas alternativas, chamar a atenção para a possibilidade, e necessidade, de uma intervenção política de novo tipo. É aqui que entra a referência ao humanismo, como conceito de mediação entre a globalização e a política, entendendo esta de forma ampla.

Globalização

2. Falamos em “globalização” para designar a mundialização económica capitalista verificada e intensificada durante a última década.

2.1. Enquanto processo corresponde a significados e práticas diferentes conforme os actores sociais em presença e as suas preocupações económico-administrativas, tendendo a exprimir, no limite, o funcionamento da economia mundial como um conjunto totalmente integrado (BOYER, 1998).

2.2. Aproveitando as possibilidades abertas pela informática, pelas comunicações e pelo funcionamento das redes; utilizando o instrumental teórico e ideológico do neoliberalismo e beneficiando de algumas das contradições geradas pelo keynesianismo –a este propósito é bom não nos esquecermos que a política económica nunca é uma resolução das contradições, é sempre um desvio de aquelas –; explorando o fim das economias socialistas europeias para a penetração do capitalismo em novos espaços, para a modificação radical da correlação de forças mundial e para a generalização de certas formas de intervenção no chamado “terceiro mundo”, o capitalismo mercantil americano foi capaz de hegemonizar e alastrar.

2.3. A hegemonia do capitalismo mercantil americano significou, obviamente, uma vitória económica e política dos Estados Unidos, que foi capaz de consolidar a sua posição hegemónica, conquistar novos mercados, expandir as suas instituições, transformar em “valores universais” os seus padrões culturais indissociavelmente ligados ao funcionamento da economia: mobilidade, flexibilidade, competitividade, produtividade.

Significou igualmente uma desvalorização, regressão ou liquidação de conquistas dos trabalhadores cuja expressão era manifestamente mais notória no capitalismo “público” de tradição keynesiana, existente em muitos dos países da actual União Europeia (com excepção do Reino Unido) ou no capitalismo “de negociação dos conflitos”, típico das social-democracias nórdicas.

Significou a imposição de um modelo regional, sem dúvida dominante após o desaparecimento da União Soviética, à escala mundial.

2.4. Esta mundialização é uma modificação dos processos produtivos (informatização, neofordismo, reengenharia, etc.) e sua gestão à escala mundial. É o aparecimento de novos produtos, modificação das “formas de fazer negócio” e alteração dos rumos da publicidade e da comercialização. É uma reorganização das empresas e alteração da competitividade. É uma reclassificação dos segmentos da força de trabalho, uma desvalorização de muitos deles, a substituição do homem pela máquina sem criação de alternativas, conduzindo ao que alguns designam de “horror económico” (FORRESTER, 1997) ou de “economia contra o homem” (BARTOLI, 1996).

2.5. É simultaneamente a organização do capitalismo que maiores possibilidades abre às multinacionais, muitas das quais se reorganizam, obedecendo a uma tendência de “desterritorialização”. Reforço do poder de alguns que se exprime, inevitavelmente, numa agravamento das desigualdades económicas e sociais:

“A parte do quinto mais pobre da população mundial no rendimento global tem vindo a decrescer, passou de 2,3 por cento em 1989 para 1,4 por cento em 1998. Por outro lado, a proporção obtida pelo quinto dos mais ricos aumentou.” (GIDDENS, 2000, 26)

2.6. Existindo alterações em todos os sectores da actividade económica – que não podem ser subestimados e que em determinadas conjunturas podem assumir particular interesse – o que é mais característico da “globalização” é o crescimento aceleradíssimo das operações financeiras, particularmente das que não estão directamente relacionadas com o processo produtivo, o crescimento do capital fictício. Para compreendermos a sua importância utilizemos algumas imagens sugestivas:

Ontem, o dinheiro servia para pagar mercadorias. Hoje, 2,5% das transações diárias dizem-lhe respeito, as 97,5 % restantes correspondem a operações financeiras sem troca física de mercadorias com a realização de ganhos muitas vezes consideráveis (de perdas igualmente) mas também de transferências muito importantes de poder. Quando um

dólar passa de um país para outro por ocasião de uma troca real de bens, 40 dólares trocam-se nos mercados financeiros. (BARTOLI, 1996, 123)

Para a maioria das pessoas um milhão de dólares é muito dinheiro. Medido em montes de notas de 100 dólares, atinge a altura de vinte centímetros. Um bilião de dólares ou, por outras palavras, um milhar de milhões, ultrapassa em altura a catedral de S. Paulo, em Londres. Um trilião de dólares — um milhão de milhões — ultrapassaria os 193 quilómetros de altura, ou seja, mais de vinte vezes a altitude medida no cimo do monte Everest.

Mas, actualmente, os mercados financeiros globais movimentam mais de um trilião de dólares por dia. É um aumento maciço em relação aos finais da década de 1980, sem falarmos de anos mais distantes. O valor do dinheiro que temos no bolso, ou nas nossas contas bancárias, muda de momento a momento, de acordo com as flutuações registadas nestes mercados. (GIDDENS, 2000, 21/2).

2.7. Assim sendo, a globalização acelerou estrondosamente os fluxos de redistribuição do rendimento, exigindo novas fontes de criação de valor reutilizável pelo capital fictício.

3. Não é de hoje que o capital procura encontrar novas formas de aumentar o valor acrescentado, de ampliar a mais-valia, de fomentar mecanismos de transferência do rendimento para a sua posse.

O processo actual, a grande importância relativa dos mercados financeiros e do capital fictício – actividades improdutivas – no conjunto das actividades económicas, tem feito com que o capital continue a usufruir desses mecanismos e conquiste, ou procure conquistar, novos espaços.

3.1. São os mecanismos de subjugação do trabalho ao capital: o emprego, frequentemente consignado constitucional e politicamente não é efectivo objectivo social; as dificuldades de obtenção do primeiro emprego, o desemprego de longa duração, a acelerada rotatividade nos postos de trabalho diminui a variação da taxa salarial, reforça a “disciplina laboral”, enfraquece a organização sindical e política; o trabalho precário, sem vínculos contratuais, reduz os encargos sociais para as empresas; a localização das unidades produtivas nos espaços de melhor rácio entre preço e qualidade da mão-de-obra, assim como a gestão internacional da força de trabalho reforça os mecanismos aqui referidos.

É a continuação da utilização das economias subdesenvolvidas – actualmente designadas oficialmente, e de forma enganosa de economias em desenvolvimento —; seu aproveitamento para ampliação dos mercados, fonte de matérias-primas a custos reduzidos, local de apropriação de riqueza; importância da sua dívida externa e, por essa via, transferência de rendimentos para o grande capital bancário internacional; a imposição generalizada de planos de estabilização é, simultaneamente, o refinamento destas formas de transferência de rendimento e riqueza, e uma arma de subordinação política.

A gestão empresarial à escala mundial e o reforço dos mecanismos de transferência de valor das populações e dos Estados para as empresas fundem formas tradicionais de apropriação de valor pelo capital com novas possibilidades: é a relocação industrial numa estratégia de redução dos custos ou aumento da produtividade; é a fragmentação da divisão técnica do trabalho e aumento do comércio no interior de uma mesma empresa ou de um mesmo capital; são as isenções fiscais para empresas, sem paralelo no mundo do trabalho; são os paraísos fiscais; são as avultadíssimas contrapartidas à instalação de grandes empresas em alguns espaços. São ainda, numa época de importância económica crescente da inovação tecnológica e da sua rápida rentabilização, a “instrumentalização” do ensino e da investigação científica de acordo

com os interesses das empresas – o que não é grave em si mas é-o pela subestimação do longo prazo e da investigação fundamental.

3.2. Se estas formas são importantes para a rentabilização do capital fictício, os processos fundamentais de apropriação de valor está na sua articulação com a economia subterrânea e no processo de apropriação da previdência social.

A financiarização da economia facilita o branqueamento do dinheiro da economia subterrânea; dilui as fronteiras entre o legal e o ilegal, o que é reforçado pela circulação do capital sem quaisquer entraves e pelas medidas de legalização progressiva de operações relacionadas com a droga (dada a “impossibilidade” de combatê-la procura-se reconduzi-la para as “regularizações” do mercado).

Ao falarmos de economia subterrânea não estamos apenas a falar de droga, mas ela ocupa um lugar de primeiro plano.

O controlo da previdência social pelo capital é uma fonte inesgotável de apropriação de valor. Em primeiro lugar porque estamos a falar de elevadas percentagens de rendimento nacional que periodicamente se renova. Em segundo lugar porque seriam apropriadas pelo capital segurador e bancário as vertentes rentáveis, deixando as restantes para o Estado ou para a população desprotegida. Em terceiro lugar porque se trata de disponibilização de elevados recursos no longo prazo, sem o “risco” de reembolsos imediatos.

4. A mundialização económica é um dos processos, ainda em curso, de mundialização. A “redução” do espaço e do tempo manifesta-se em todos aspectos das relações entre os homens: da mundialização da cultura à mundialização da droga, da mundialização da informação à mundialização das instituições internacionais; da mundialização da natureza (sempre existente, mas de que se tem presentemente uma muito mais nítida consciência) à mundialização da informatização e das redes de comunicação, apenas para citar alguns exemplos.

Provavelmente também seria interessante analisar esta fragmentação na própria mundialização económica. É diferente a amplitude e manifestação da mundialização de bens e a mundialização do capital fictício. Enquanto os “mercados financeiros” são um espaço tendencialmente unificado, o mercado de trabalho, embora sujeito a uma gestão pelo capital à escala mundial, continua a ser um mercado fortemente segmentado, sem mecanismo de ascensão vertical automática. Contudo, não é essa a nossa preocupação imediata.

4.1. Conhecendo a conceptualização marxista de relação dialéctica entre forças produtivas e relações de produção, entre estrutura e superestrutura, e admitindo-lhe uma certa capacidade interpretativa da dinâmica social, parece interessante interrogar-nos sobre a própria relação dialéctica entre a mundialização económica e as restantes mundializações, para daí podermos extrair ensinamentos sobre a autonomia das restantes áreas do social, sobre as possibilidades de intervenção político-social.

Através da caracterização anteriormente feita da “globalização” é fácil concluir que nem estamos numa imposição inevitável do crescimento tecnológico, nem estamos perante uma modificação radical da (re)produção da base material das sociedades, das condições de vivência e sobrevivência dos homens. Somos, pois levados a concluir, que não existem razões para considerar que a mundialização económica é o suporte de todas as restantes e que a vida social se tenda a reduzir ao económico, como o pretende o neoliberalismo, que encontra no “livre” funcionamento dos mercados a maximização da satisfação das necessidades individuais e colectivas, a felicidade plena.

Estado

5. O neoliberalismo parece defender a ausência de intervenção do Estado e - habituado como está a confundir os desejos com a realidade, numa tradição que remonta à construção do utilitarismo e à “lei” da utilidade marginal decrescente -, proclama o fim do Estado-nação. Esta postura parece confirmado pela dificuldade de qualquer Estado que não seja dos Estados Unidos da América, em tornar “reversível” o processo de globalização que vivemos.

Outras tendências, concomitantes com a globalização ou seus epifenómenos parecem apontar no mesmo sentido:

A globalização não se limita a empurrar para cima, também puxa para baixo, criando novas pressões para a concessão de autonomias locais. (...) os países se tornam demasiado pequenos para solucionarem os problemas grandes, mas também demasiado grandes para solucionarem os problemas pequenos. (...) Os nacionalismos locais florescem como resposta às tendências globalizantes, porque os velhos Estados-nações estão a ficar mais fracos. (GIDDENS, 2000, 24)

5.1. Estamos confrontados com uma realidade que exige análise cuidada. A eficácia das políticas económicas nacionais é em muitos casos (conforme os objectivos, momento e espaço social) menor que tradicionalmente, a mundialização dos processos exige frequentemente a internacionalização dos instrumentos e dos procedimentos. Segundo alguns autores estamos apenas perante uma alteração das funções do Estado-nação (do domínio sobre um espaço para um controlo de fluxos) e as questões devem ser colocadas fora do contexto das aparências:

Neste sentido, tem pouco interesse estabelecer comparações retrospectivas para determinar se o Estado nacional está ou não a desaparecer — questão para a qual há sempre duas respostas, pois está a desaparecer quando comparado com o que era no passado, mas continua activo e operacional se forem considerados os problemas do presente e do futuro. Mais importante será colocar estas questões em termos prospectivos: o que são os novos desafios, em todas as áreas políticas, e o que são os instrumentos disponíveis para lhes responder. (AGUIAR, 2001, 81)

Contudo, antes de avançarmos nestas considerações exigem-se dois esclarecimentos.

5.2. Primeiro esclarecimento.

A mundialização económica, contrariamente ao afirmado e ao propagandeado, também é Estado. Por outras palavras, a “globalização” que vivemos exigiu e exige uma intervenção política, que podemos considerar, genericamente, do Estado.

O “mercado” é a expressão de uma divisão social do trabalho em que os homens estabelecem um conjunto de relações sociais, multidimensionais, na terminologia de Bartoli, regulamentadas de determinada forma. O mercado é, para utilizar a terminologia de alguns institucionalistas, uma instituição, com tradições, usos e costumes, onde os homens se relacionam através das “mercadorias”. O importante no mercado nem é o espaço nem os bens. São as relações entre os homens.

Assim sendo, quando a globalização “conduz” à “desregulamentação social e à hegemonização dos mercados” – um dos imaginários da globalização:

A livre escolha significa que se tem a obrigação de escolher, na base da maximização das preferências pessoais. A sociedade é assim identificada a um mercado ao ponto de tornar muito ténue a diferença entre sociedade e mercado. (LAÏDI, 2001, 30)

– estamos perante uma decisão política que corresponde à correlação de forças favorável ao capital transnacional, estamos perante uma decisão do Estado.

Quando se defende pouco déficit, cobertura social reduzida e fiscalidade ligeira defende-se uma posição política não porque seja inevitável, não porque o pragmatismo

aconselhe, não porque seja imperativa para a reprodução capitalista, mas porque o modelo mercantil americano adoptado o recomenda

Aliás os defensores do liberalismo, que chegam a fundamentar a inutilidade da intervenção do Estado numa sociedade de informação transparente e livre – via expectativas racionais – estão sempre prontos a apontar o dedo acusatório para as intervenções políticas que consideram contra a liberalização, mas sempre foram muito complacentes com as políticas estatais de reforço do capitalismo mundial e das transnacionais, como o demonstra o papel importante do Estado em algumas das novas economias industrializadas asiáticas.

O mesmo se poderia dizer para toda a actuação política que liquidou as formas de organização social socialista e impulsiona a “transição” para as economias de mercado.

5.3. Utilizando a terminologia de Paraire (1998), a “aldeia global” parece diluir os poder políticos, mas aquela aldeia, tal como as aldeias medievais, têm um castelo e numa das suas torres está o poder que a controla: Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional. São estruturas técnico-políticas que ora exprimem a correlação de força entre os diversos Estados, ora fogem a todo o controlo democrático e têm uma capacidade de decisão extremamente grande.

5.4. De uma forma mais genérica podemos afirmar que toda a actividade económica, parte da actividade social, pressupõe a uma intervenção política ou, utilizando uma outra terminologia, todo o valor é sobredeterminado politicamente. Mesmo que não haja a adopção de intervenções directamente económicas, os conflitos sociais exigem manutenção da “ordem pública”, produção ideológica, enquadramento jurídico e judiciário. Além disso há sempre uma acção económica: princípios económicos de natureza constitucional, direito comercial, direito do trabalho, hábitos, usos e costumes constitutivos do direito consuetudinário, quase sempre “direito de senhoria” sobre a moeda. Há sempre a defesa da propriedade privada e uma certa forma de regulamentação dos fluxos.

Os poucos momentos de ausência de funcionamento deste enquadramento legislativo, político e ideológico, seja em resultado de movimentos sociais ou de catástrofes, mostram quão fundamentais são ao capitalismo e à globalização esta sobredeterminação política.

Por isso reafirmamos que as

teses da redução ou eliminação da actividade do Estado, subjugadas pela beleza dos espontâneos equilíbrios de mercado, não são apenas uma criação ideológica, mais ou menos consistentemente alicerçadas nuns tantos argumentos científicos. São também, e fortemente, uma canção do bandido. (PIMENTA, 2000a)

5.5. Segundo esclarecimento.

Quando falamos em intervenção económica do Estado podemos estar a designar duas realidades qualitativamente diferentes: gestão económica e política económica.

Em muitas circunstâncias o poder político, para falarmos de uma forma mais ampla, toma determinadas decisões económicas que correspondem ao que é considerado, pela Ciência Económica instituída, como típicos comportamentos do mercado. Porque está legislada a obrigatoriedade de ter determinados procedimentos (ex. fixar a taxa de câmbio, fixar os preços de um cabaz de bens, etc.) económicos, muitas vezes limita-se a analisar a evolução da oferta e da procura e a comportar-se em conformidade. As medidas assumidas exprimem a correlação de forças no funcionamento da economia. Estamos na esfera da gestão económica.

Se o poder político assume uma actuação económica diferente, mesmo contrária às “tendências do mercado”, da correlação de força expressa na actividade económica, estamos perante uma situação qualitativamente diferente. O poder político utiliza a sua capacidade coerciva para impor um rumo da dinâmica económica diferente da que

aconteceria “espontaneamente”. É uma acção contra a corrente, que podemos designar de política económica.

5.6. O capital transnacional, e não só, não é contra a intervenção do Estado mas sim contra a política económica. A gestão económica até pode ser positivamente saudada como processo de aceleração ou radicalização das dinâmicas económicas que lhe são favoráveis.

Se lermos alguns textos de raiz liberal até poderemos concluir, numa aparente contradição com a sua designação, que poderão mesmo ser defensores de atitudes políticas “musculadas”, ditatoriais. É o que encontramos quando Milton Friedman considera que o livre funcionamento dos mercados conduz ao fim dos monopólios económicos nos mercados de bens mas que o mesmo não acontece no mercado de trabalho onde os sindicatos continuarão actuando, a não ser que o Estado assuma a responsabilidade de os liquidar. É o que encontramos com a necessidade de “falhas de informação” para que as expectativas racionais não funcionem e a acção do Estado possa ter alguma eficácia.

6. Os Estados nacionais desdobram-se em algumas das quatro frentes de intervenção política que caracterizam a situação política actual:

1. Poder local. A imanência do local, com os diferentes sentidos que este termo pode ter conforme os países e as circunstâncias, exige poderes políticos com capacidade de observação micro e de afirmação de compromissos e desvio de contradições locais.
2. Poder nacional. Corresponde, grosso modo, ao Estado-nação embora as fronteiras, conteúdos e formas de intervenção possam ser parcialmente diferentes do tradicional.
3. Poder regional. Resulta de acordos bilaterais ou multilaterais entre Estados, assumindo frequentemente responsabilidades que tradicionalmente competiam aos Estados-nação.
4. Poder mundial. Ainda em processo incipiente de construção e fugindo bastante ao controlo democrático das populações, consubstancia-se na ONU e numa panóplia de organismos internacionais.

6.1. Os objectivos, as intervenções e as competências são parcialmente diferentes e parcialmente coincidentes. Em muitas circunstâncias há complementaridade, noutros conflitualidade. Em todas as circunstâncias reflectem a correlação de forças social.

Por isso mesmo, e também porque o controlo democrático aumenta, com a passagem do mundial para o local, o poder local é o que mais favorece a generalidade dos cidadãos e o mundial é o que se associa mais estreitamente aos interesses das transnacionais.

Contudo não podemos fazer uma leitura simplista destas situações, porque grupos sociais idênticos geram poderes políticos ideologicamente diferenciados e porque não há homogeneidade no capital dominante, continuando a reflectir a sua base nacional ou regional.

6.2. A passagem da Comunidade Económica Europeia para a União Europeia e a construção da moeda única, são expressões obvias de uma política económica de afirmação do espaço europeu e de reconstrução das regras de funcionamento dos mercados e de competitividade, frequentemente chocando com “a liberdade dos mercados”:

O processo de convergência das economias europeias que foi instrumental para o lançamento da moeda única é um exemplo de sucesso de uma agenda política que dificilmente seria realizável, ou mesmo apresentável, ao nível individual de cada Estado. Por analogia com este primeiro exemplo, não é de excluir que questões até agora «intratáveis» ao nível nacional, como as da segurança social e as das despesas de

saúde, venham a encontrar um tratamento político eficaz quando colocadas na dimensão europeia. (AGUIAR, 2001, 79)

6.3. Parece ser uma tendência o reforço das competências dos poderes regionais. Contudo, para que cumpra adequadamente as suas novas funções ainda carece de estruturação. Como afirma VITORINO (2001, 164)

Para que a integração regional possa ser considerada uma resposta desejável seria necessário (...) assegurar o cumprimento de pelo menos três condições:

- que o poder de decisão política a nível do espaço regional esteja organizado de forma democrática, respeite os interesses vitais nacionais e seja eficiente;
- que as funções que o estado nação perdeu sejam assumidas pelas instituições regionais;
- que sejam asseguradas as condições mínimas de sobrevivência e de progresso a cada um dos estados que compõem o espaço regional.

Também aqui o poder regional reflectirá a correlação de forças, nas suas expressões estrutural e conjuntural, nos conflitos e nas complementaridades.

6.4. Existe, pois, uma multiplicidade de poderes, mas o Estado-nação continua a desempenhar um lugar central:

Por certo, a emergência e a institucionalização de uma pluralidade de pólos de poder internacionais e regionais, impõem limites à autonomia e ao predomínio dos Estados na política internacional. Todavia, não creio que as tendências de difusão e descentralização implícitas, nomeadamente, nos processos de globalização possam ou devam pôr em causa a centralidade dos Estados nacionais no ordenamento internacional. Não o podem fazer, na medida em que não têm consistência como modelo alternativo de estruturação dos equilíbrios internacionais. E não o devem fazer, pois não preenchem as funções essenciais dos Estados como o modo efectivo de organização dos projectos nacionais, nem como um quadro único de legitimação das instituições representativas das comunidades políticas, nem como o lugar próprio de realização do primado do direito e de defesa dos direitos, liberdades e garantias, que caracterizam as modernas sociedades civilizadas. (...) Sem a consolidação dos Estados nacionais, as tendências de criação dos espaços regionais e de internacionalização representam riscos de instabilidade nas relações internacionais. Por outro lado, essa consolidação implica uma capacidade acrescida de definição rigorosa das prioridades nacionais, que a incerteza e a opacidade típicas da crise internacional tornam cada vez mais difícil. (SAMPAIO, 2000)

7. Para concluir este ponto podemos afirmar categoricamente que continua a existir espaço de intervenção política, que é possível promover uma política económica, seja a favor ou contra a globalização, seja a favor ou contra a forma actual de mundialização económica.

Sendo a acção política a expressão das lutas sociais, as políticas serão diferentes conforme os Estados, conforme os locais de manifestação do poder (local, global, regional, mundial), conforme as conjunturas e as dinâmicas sociais. Mas elas existem e são possíveis.

7.1. Se existem fragilidades na política económica e aquelas reforçaram-se com a globalização é porque o poder económico de muitas empresas é manifestamente superior à dos Estados:

- Numa listagem do poder económico de corporações, empresas e Estados elaborada por uma universidade americana, Portugal encontra-se em 44º lugar, entre duas empresas: a conhecida Shell e a Halmark Stores, uma cadeia de supermercados americanos. Provavelmente até ocupará um lugar mais modesto porque os poderes económicos da economia subterrânea e do capital fictício não constarão plenamente dessa listagem.

- Nenhum banco central tem capacidade de isoladamente sustentar a cotação de uma moeda, no caso de uma operação especulativa desencadeada por algumas empresas.

Não é, no entanto, uma especificidade actual do capitalismo e o Estado tem mecanismos para atenuar este poder relativo das empresas, de que não são alheias as alianças políticas prioritárias.

7.2. Com a complexidade social actualmente existente e com o objectivo de melhorar as condições de vida do “cidadão total” a intervenção sobre o económico pode e deve processar-se em todas as áreas do social. A política educativa, cultural e ambiental podem ser tão económicas como a política económica propriamente dita.

Humanismo

8. Não negamos que aspectos da mundialização trouxeram aos homens e grupos sociais novas alavancas de desenvolvimento das suas capacidades e de sua aplicação profícua. A mundialização das redes e da informação são notáveis exemplos. Até somos capazes de admitir que a mundialização económica neoliberal que temos vivido acarretou aspectos interessantes para muitos cidadãos, embora distribuídos de forma muito desigual.

Contudo, em quase todas as circunstâncias, o discurso oficialmente transmitido sobre a globalização é mais belo do que a realidade, pois é, mais uma vez, a história contada pelos vencedores, em que os mortos e feridos não existem ou são reduzidos, mesmo no “reino dos direitos humanos”, a acidentes de percurso.

8.1. No entanto o leque de problemas que persistem e a quantidade de novos problemas criados exigem a adopção de medidas de modificação de algumas das situações, de alteração de muitas das regras, de transformação das mundializações.

Basta lermos atentamente os Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD desde 1990 até aos nossos dias para vermos, apesar dos cuidados políticos postos na sua redacção, por vezes à revelia dos relatórios técnicos, o desabrochar dos mitos e das esperanças transformarem-se em tristes e preocupantes relatos de graves problemas mundiais.

A globalização aumenta as desigualdades sociais a todos os níveis e nos diversos espaços sociais. As desigualdades na distribuição do rendimento aumentam. As dificuldades das economias subdesenvolvidas, de que é paradigmática a situação da África Subsahariana, crescem, grassando a fome, a pobreza, as doenças e a morte. Aumenta por todo o lado a insegurança em relação ao futuro: desemprego, alterações profundas na Previdência Social, fazendo recair sobre as populações o que não é rentável para o capital. Continuam os ataques irreversíveis à Natureza, apesar da crescente consciencialização da “sociedade civil” para o problema. A manipulação genética, a sua generalização e rápida aplicação em nome da rendibilidade, lança a incerteza sobre a saúde pública e desafia a moral instituída.

Como tivemos oportunidade de afirmar há cerca de um ano, e os acontecimentos desde então não o desmentiram,

O casamento entre o mundo dos negócios e a economia subterrânea enfraquece as malhas morais do tecido social e põe em causa valores essenciais do humanismo. (PIMENTA, 2000b)

8.2. A postura de autoliquidação da sua soberania por parte de alguns Estados nacionais, a transferência de poderes para os organismos regionais supranacionais, a muito desigual partilha de poderes na ONU e a grande capacidade deliberativa e executiva de

organismos, como OMC, FMI e BM, que fogem ao controlo das populações e até dos Estados legitimamente organizados, revela o grande défice de democracia actualmente existente no plano internacional.

8.3. Numa época de acelerada imposição imperial de umas culturas sobre outras, de “uniformização mundial” de maneiras de ser e estar, de colocação das universidades e da investigação científica ao serviço do mundo dos negócios, de complexização crescente, a que aludimos, comungamos da posição de NERY (2001, 194/5) quando afirma:

O Estado não pode ser um espectador passivo da problemática da Cultura. Tem claramente um papel de serviço público a desempenhar nesse domínio, e esse papel passa por duas realidades fundamentais: o da Educação, em que é necessário criar cidadãos informados, críticos, participativos e criativos que rejeitem o papel meramente passivo de consumidores de produtos pré-fabricados, e o da acção cultural propriamente dita, tanto na aceção da preservação e estudo do património cultural como na do apoio enraizado e estruturado à criação cultural. Isto porque é fundamental garantir, acima de tudo, a diversidade da oferta cultural, assegurando aos cidadãos o direito a sua dupla qualidade de produtores e consumidores de Cultura, dispondo de produtos e veículos de expressão suficientemente diferentes para poderem escolher e de mecanismos críticos de informação que lhes permitam exercer esse seu direito de escolha.

Política

9. São notórios os sinais de descontentamento de muitos e variados grupos de cidadãos, ora mobilizados pelas organizações de classe (tais como sindicatos e partidos políticos) ora encontrando novas formas de organização e mobilização. É certo que uma grande parte ainda continua vivendo no brando embalo das promessas da globalização, mas aqueles sinais não são de subestimar – nem de hipervalorizar.

Os princípios éticos brotam nas discussões quotidianas, constituindo barreiras ao pragmatismo que tudo permite e alimenta. E se nem sempre as discussões éticas têm o cimento necessário para se agarrarem ao tecido social, não deixam de produzir crítica e sugestão de alternativas.

9.1. O caminho constroi-se caminhado, mas o prévio desenho da rota e a utilização de uma bússola é quase sempre condição indispensável para não se caminhar em círculo e para não se desembocar em algum local indesejado. Ainda estamos longe de ter traçado um percurso alternativo, ter formulado um pensamento teórico alternativo coerente, mas têm sido dados alguns passos importantes, de que o Fórum Social Mundial em Porto Alegre é um exemplo recente.

9.2. São muitas as possibilidades de intervenção política para modificar ligeiramente, para transformar profundamente, para construir alternativas globais à mundialização: do “levantar das dificuldades ao desenvolvimento das economias dependentes” às políticas sociais de atenuação das desigualdades na distribuição de rendimentos, da taxa Tobin, à Nova Ordem Económica Internacional, do combate à produção e comercialização da droga à “utilização crítica das tecnologias”, da defesa dum sector público correctamente administrado à plena justificação de novas nacionalizações, da defesa das culturas locais à continuação de um ensino crítico, apenas para citar alguns exemplos.

São diversos os espaços de intervenção: do poder local, que se exerce nos quadros das relações de vizinhança, às instituições e ao direito mundial.

As políticas económicas entrelaçam-se com as políticas sociais, culturais, educativas, ambientais e outras.

9.3. As formas que assumem podem ser tão diferentes quanto o são as formas de pensar dos homens e das instituições sociais, quanto o são as filosofias que orientam essa intervenção social.

10. Por tudo isto, e para terminar, faço minhas as palavras de HOUTART no referido Fórum:

“Em conclusão, as alternativas existem. Que elas são credíveis, não há nenhuma dúvida. No final de contas, a sua realização está ligada à vontade de pô-las em marcha. Neste momento a credibilidade já não se situa ao nível das alternativas, situa-se ao nível da actuação. Existem formas sociais capazes de conduzir os projectos alternativos de curto e médio prazo. Existe vontade política para realizá-los?

Essa é a questão.

Bibliografia Citada

AGUIAR (2000)

“Modelos de Globalização”

in *O Interesse Nacional e a Globalização*

Edições Cosmos & Instituto de Defesa Nacional

BARTOLI, Henri (1996)

A Economia serviço de vida. Crise do Capitalismo. Uma política de civilização

Lisboa, Instituto Piaget, pp. 471

BOYER, Robert (1998)

Le Politique à L'Ère de la Mondialisation et de la Finance: Le pont sur quelques recherches régulationnistes

Paris, Cahiers du CEPREMAP, nº 9820, pp. 73

FORRESTER, VIVIANE (1997)

O Horror Económico

Lisboa, Terramar, pp. 119

GIDDENS, Antony (2000)

O Mundo na Era da Globalização

Editorial Presença, pp. 91

HOUTART, François (2001)

“Las alternativas creíbles del capitalismo mundializado”

Comunicação ao *Forum Social Mundial* de Porto Alegre

LAÏDI (2000)

“Imaginários e Política na era da Globalização”

in *O Interesse Nacional e a Globalização*

Edições Cosmos & Instituto de Defesa Nacional

MENESES, Paulo

Universidade e Diversidade

2001, Recife, UNICAP

NERY (2000)

“A cultura portuguesa e a Mundialização”

in *O Interesse Nacional e a Globalização*

Edições Cosmos & Instituto de Defesa Nacional

PARAIRE, Philippe (1998)

A «Aldeia-Mundo» e o seu Castelo. Ensaio contra o FMI, a OMC e o Banco Mundial

Lisboa, Avante, pp. 239

PIMENTA, Carlos

- (2000a)

“Globalização. Prolegómenos, Questão Problemática e Hipóteses”

Vértice - nova série, Nº 94, Abril 2000, pág. 25/41

- (2000b)

“Globalização e Humanismo”

Colóquio Internacional Globalizzazione e Umanesimo Latino

New York, 1/3 Março 2000

Globalizzazione e Umanesimo Latino

Tolosa, Cassamarca, 4 Vol.

SAMPAIO, Jorge (2000)

“Alocação de Sua Excelência o Presidente da República”

in *O Interesse Nacional e a Globalização*

Edições Cosmos & Instituto de Defesa Nacional

VITORINO (2000)

“Política e Estratégia Nacionais perante um mundo em Globalização”

in *O Interesse Nacional e a Globalização*

Edições Cosmos & Instituto de Defesa Nacional

Maio 2001